

AES TIETÊ ENERGIA S.A.

(atual denominação social da COMPANHIA
BRASILIANA DE ENERGIA, sucessora por
incorporação da AES TIETÊ S.A.)

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da AES TIETÊ ENERGIA S.A. (atual denominação social da COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA, sucessora por incorporação da AES TIETÊ S.A.) (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: AES TIETÊ ENERGIA S.A.
- CNPJ/MF: 04.128.563/0001-10
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Francisco José Morandi Lopez
- Atividades: (i) estudar, planejar, projetar, produzir, comercializar, construir executar e operar (a) sistemas de produção, transmissão e comercialização de energia, resultante do aproveitamento de rios e de outras fontes de energia incluindo, sem contudo se limitar, fontes renováveis como a solar, eólica e biomassa, além de fontes não renováveis e termoelétricas de qualquer natureza, bem como desempenhar qualquer atividade relacionada a este objeto, como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, operação e manutenção de usinas, obras e edificações correlatas, além de compra e importação de equipamentos para a geração de energia, (b) barragens de acumulação, eclusas e outros empreendimentos destinados ao aproveitamento múltiplo das águas e de seus leitos e reservatórios, e (c) planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia, diretamente ou em cooperação com outras entidade; (ii) explorar, desenvolver, produzir, importar, exportar, processar, tratar, transportar, carregar, estocar, acondicionar, operar e manter atividades relacionadas ao suprimento, distribuição e comercialização de combustíveis destinados à geração de energia, além de realizar liquefação e regaseificação; (iii) prestar todo e qualquer serviço, observando o que dispõe o Contrato de Concessão; e (iv) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que o respectivo objeto social esteja abrangido nos incisos (i) a (iii) acima.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 15/05/2013
- Data de Vencimento: 15/05/2019

- Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
 - Código Cetip/ISIN: TIET12/ BRTIETDBS002
 - Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados integralmente à liquidação das notas promissórias comerciais da 1ª Emissão da Emissora, no montante total de R\$ 498.000.000,00.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
 2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 15/08/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de aumento do seu capital social.
 3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- **A Empresa**
 - ➔ Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;
 - ➔ Situação da Empresa: ativa;
 - ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;

→ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

→ Liquidez Geral: de 0,54 em 2015 para 0,38 em 2016;

→ Liquidez Corrente: de 1,29 em 2015 para 0,94 em 2016;

→ Liquidez Seca: de 1,29 em 2015 para 0,94 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 0,57 em 2015 para 0,38 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 70,8% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou aumento de 23,2% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 24,9% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 0,5% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 8,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 100% do DI + 0,79% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

16/05/2016 – R\$ 713,533880

16/11/2016 – R\$ 729,650370

Evento Genérico:

11/01/2016 - R\$ 2,136479

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 49.800

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 49.800

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros previstos no item 7.1, alínea “p” da Escritura de Emissão.

AES TIETÊ ENERGIA - ÍNDICES FINANCEIROS (R\$000)	
Debêntures	4T 2016 (últimos 12 meses)
Resultado Operacional	508.576
(+) Depreciação e Amortização	158.297
(+) Despesas Financeiras	223.269
(-) Receitas Financeiras	(87.469)
(+) Despesas Financeiras Entidade de Previdência Privada	1.342
EBITDA Consolidado e Ajustado	804.015
Despesas Financeiras (Caixa)	194.252
(+) Dívida em Moeda Interna	1.446.570
Total Dividas	1.446.570
Disponibilidades	577.617
Total Dívida Líquida	868.953
(i) EBITDA Consolidado e Ajustado / Despesas Financeiras (Caixa) (>1,75)	4,14
(ii) Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida / EBITDA Consolidado e Ajustado) (< 3,5)	1,08

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**
- Emissão: 9ª.
 - Valor da emissão: R\$ 250.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 25.000;
 - Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 20/08/2018;

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
Amortização:
22/08/2016 – R\$ 3.000,000000

Juros:
22/02/2016 – R\$ 515,860849
22/08/2016 – R\$ 524,250629
- (ii) Denominação da companhia ofertante: **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**
 - Emissão: 15ª.
 - Valor da emissão: R\$ 750.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 75.000;
 - Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures: 09/10/2018;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
Amortização:
10/10/2016 – R\$ 3.333,333333

Juros:
11/04/2016 – R\$ 737,104300
10/10/2016 – R\$ 755,356120
- (iii) Denominação da companhia ofertante: **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**
 - Emissão: 16ª.
 - Valor da emissão: R\$ 350.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: 35.000;
 - Espécie: quirografária;
 - Prazo de vencimento das debêntures*: 28/07/2016;

*Redação em conformidade com a AGD realizada em 27/01/2016.

- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
Amortização:
28/07/2016 – R\$ 10.000,00000000 (vencimento)

Juros:
30/01/2016 – R\$ 1.230,49386000
28/07/2016 – R\$ 821,36814900

Resgate Parcial Antecipado:
23/02/2016 – R\$ 10.090,252570
14/06/2016 – R\$ 10.601,400280
25/07/2016 – R\$ 10.800,55377000
- (iv) Denominação da companhia ofertante: **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.**
 - Emissão: 17ª.
 - Valor da emissão: R\$ 190.000.000,00;
 - Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª Série: 10.000; e (ii) 2ª Série: 9.000;
 - Espécie: quirografia;
 - Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/07/2015; e (ii) 2ª Série: 15/01/2017;
 - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
 - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
 - (i) Pagamentos:
→ 1ª Série: vencimento em 15/07/2015
→ 2ª Série:
Juros:
15/01/2016 – R\$ 788,828110
15/07/2016 – R\$ 777,727530

(v) Denominação da companhia ofertante: **AES TIETÊ ENERGIA S.A.** (atual denominação social da COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA, sucessora por incorporação da AES TIETÊ S.A.)

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 30.000;
- Espécie: quirografia;
- Prazo de vencimento das debêntures: 20/03/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

21/03/2016 – R\$ 729,258700

20/09/2016 – R\$ 747,287500

Evento Genérico:

11/01/2016 – R\$ 5,725358

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações



não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Reclassificado			
		Controladora			Consolidado
		2016	2015		2016
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.086	558	72.086	
Investimentos de curto prazo	4	505.531	746.210	505.531	
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	146.897	27.697	146.897	
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	6	23.378	22.515	23.378	
Outros tributos compensáveis	6	20.968	113.731	20.968	
Contas a receber de partes relacionadas	25.1	4.920	271.814	4.920	
Previdência privada - Ativo de benefício definido	15	-	207	-	
Outros créditos		2.016	2.062	2.016	
Despesas pagas antecipadamente		683	587	683	
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		776.479	1.185.381	776.479	
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	5	13.075	13.075	13.075	
Outros tributos compensáveis	6	698	789	698	
Tributos a recuperar	8	159.665	179.860	159.665	
Cauções e depósitos vinculados	16	4.465	37.008	4.465	
Outros créditos		39	43	39	
Imobilizado, líquido	9	3.089.307	3.145.358	3.089.307	
Intangível	10	55.851	75.265	55.851	
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.323.100	3.451.398	3.323.100	
TOTAL DO ATIVO		4.099.579	4.636.779	4.099.579	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Reclassificado		Consolidado	
	Controladora			
	2016	2015		
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	11	411.782	352.076	411.782
Debêntures	13	255.461	160.283	255.461
Arrendamento financeiro	13	315	314	315
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	49.220	300.700	49.220
Outros tributos a pagar	12	14.184	11.868	14.184
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		52.569	36.828	52.569
Obrigações sociais e trabalhistas	14	22.271	19.436	22.271
Provisões para processos judiciais e outros	16	3.133	14.090	3.133
Encargos setoriais	17	18.227	20.136	18.227
Outras obrigações		783	202	783
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		827.945	915.933	827.945
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Debêntures	13	1.190.461	1.230.570	1.190.461
Arrendamento financeiro	13	333	491	333
Tributos e contribuições sociais diferidos	7	393.757	381.111	393.757
Obrigações com entidade de previdência privada	15	7.981	-	7.981
Provisões para processos judiciais e outros	16	80.295	76.823	80.295
Encargos setoriais	17	16.769	9.591	16.769
Obrigações sociais e trabalhistas	14	154	236	154
Outras obrigações		3.785	3.558	3.785
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.693.535	1.702.380	1.693.535
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado	18.1	416.646	262.018	416.646
Reserva de capital	18.2	198.072	352.553	198.072
Reservas de lucros	18.2	107.953	480.788	107.953
- Legal	18.2	73.425	52.404	73.425
- Proposta de distribuição de dividendos adicionais	18.2 e 19	34.528	428.384	34.528
Ajustes de avaliação patrimonial (custo atribuído)	18.2	858.717	920.607	858.717
Outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)	18.2	(3.289)	2.500	(3.289)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.578.099	2.018.466	1.578.099
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.099.579	4.636.779	4.099.579

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 2

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	1.561.348	-	1.561.348	2.625.821
CUSTOS OPERACIONAIS					
Custo com Energia Elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	21	(317.633)	-	(317.633)	(852.506)
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	21	(112.600)	-	(112.600)	(114.879)
Taxa de fiscalização		(6.859)	-	(6.859)	(6.155)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(75.104)	-	(75.104)	(44.600)
Custo de Operação					
Pessoal e administradores		(98.015)	-	(98.015)	(82.181)
Entidade de previdência privada	15	(1.342)	-	(1.342)	(2.577)
Serviços de terceiros		(89.762)	(11.940)	(89.762)	(91.833)
Material		(8.438)	-	(8.438)	(6.693)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	16	(29.614)	-	(29.614)	(1.654)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa		2.469	-	2.469	-
Provisão para redução no provável valor de recuperação dos ativos		-	-	-	(3.000)
Depreciação e amortização		(158.297)	-	(158.297)	(169.564)
Outras receitas e despesas	22	(21.777)	(821)	(21.777)	(30.556)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(916.972)	(12.761)	(916.972)	(1.406.198)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)		644.376	(12.761)	644.376	1.219.623
Resultado de equivalência patrimonial		-	379.265	-	-
Amortização de intangível de concessão		-	(56.105)	-	(56.105)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	87.469	43.728	87.469	100.976
Despesas financeiras	23	(231.794)	(2.818)	(231.794)	(192.010)
Variações cambiais, líquidas	23	8.525	-	8.525	(16.557)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		(135.800)	40.910	(135.800)	(107.591)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		508.576	351.309	508.576	1.055.927
Contribuição social	24	(31.154)	-	(31.154)	(105.990)
Imposto de renda	24	(83.066)	-	(83.066)	(281.993)
Contribuição social diferida	7/24	(9.426)	10.784	(9.426)	18.289
Imposto de renda diferido	7/24	(26.397)	31.983	(26.397)	52.525
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(150.043)	42.767	(150.043)	(317.169)
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		358.533	394.076	358.533	738.758
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado líquido proveniente de operações cindidas		-	30.579	-	95.630
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas		-	(31.072)	-	(31.072)
TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	(493)	-	64.558
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		358.533	393.583	358.533	803.316
Atribuído a acionistas da empresa controladora		358.533	393.583	358.533	393.583
Atribuído a acionistas não controladores		-	-	-	409.733
Resultado por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		358.533	393.583	358.533	803.316
Lucro por ação básico (em reais)					
Por ação Ordinária	20.1	0,18224	0,20005	0,18224	0,20005
Por ação Preferencial	20.1	0,18224	0,20005	0,18224	0,20005
Lucro por ação diluído (em reais)					
Por ação Ordinária	20.2	0,17627	0,20005	0,17627	0,20005
Por ação Preferencial	20.2	0,17627	0,20005	0,17627	0,20005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Tietê Energia S/A
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Energia S/A (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AES Tietê Energia S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Obrigações de expansão

A Companhia é parte de ação impetrada pelo Estado de São Paulo visando o cumprimento da obrigação assumida, quando de sua privatização, de expandir a capacidade instalada de geração em no mínimo quinze por cento ou a pagar indenização por perdas e danos. Os consultores jurídicos externos da Companhia classificam as chances de perda da ação como possível, não sendo, no entanto, possível estimar o valor em caso de perda neste momento. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 1.3 às demonstrações contábeis.

O monitoramento do cumprimento dessa obrigação foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que a mesma consta dos acordos assinados com o Governo do Estado de São Paulo, quando do processo de privatização da Companhia, e o seu descumprimento poderia ter impacto sobre a continuidade da concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, discussões com a Administração sobre os planos de expansão da Companhia, obtenção e análise de pareceres atualizados dos consultores jurídicos externos responsáveis pelo acompanhamento desta ação, além da avaliação da adequação divulgação deste tema nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Rebaixamento hidrelétrico - Generation Scaling Factor (GSF)

A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve, em 1º de junho de 2015, liminar favorável a todas as geradoras elétricas abarcadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que os rateios de custos advindos do denominado rebaixamento hidrelétrico sejam alocados aos geradores detentores da liminar nas liquidações financeiras da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 9 de dezembro de 2015 foi publicada a Lei 13.203/2015, dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos geradores hidrelétricos. A Lei determinava que para que houvesse a repactuação proposta, era necessária a desistência dos geradores nas ações judiciais para assim requererem a repactuação do risco hidrológico. A Companhia decidiu por não aderir à repactuação proposta e, em 31 de dezembro de 2016 a Liminar anteriormente mencionada continua vigente. Caso a mesma seja cassada, a Companhia terá que desembolsar o montante de R\$314.996 mil, o qual já se encontra provisionado nas demonstrações contábeis, sob a rubrica de fornecedores. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de mérito da ação é classificada como possível. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 27.2 (c.2) às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a magnitude dos montantes envolvidos e a necessidade de confirmar que os valores registrados nas demonstrações contábeis, refletem efetivamente o valor das obrigações apuradas pela CCEE, relativamente às obrigações da Companhia em relação às suas operações no mercado e energia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros procedimentos, discussões com a Administração, obtenção e análise de pareceres atualizados dos consultores jurídicos externos, teste dos valores apurados pela CCEE em relação às operações de responsabilidades da Companhia naquela Câmara, e avaliação da divulgação deste tema nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Discussões judiciais sobre temas trabalhistas, cíveis e fiscais

A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, cíveis e fiscais cujo valor agregado totaliza R\$376.874 mil que foram classificados como perda possível (dos quais R\$265.746 mil se refere a ações de natureza tributária), e, portanto, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2016. Este assunto está divulgado na nota explicativa 16.2 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento envolvido na determinação de reconhecimento ou não de um passivo contingente pela Administração e pelos consultores jurídicos externos responsáveis pelo acompanhamento das causas, e pela complexidade dos assuntos e do ambiente jurídico no Brasil.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, obtenção de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições informadas por aqueles consultores. Também, envolvemos especialistas para analisar a razoabilidade das expectativas de perdas das causas mais significativas de natureza tributária.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-3